PATRIÓTICA HOMENAGEM

(Assunto para pesquisas)

AO DR. CARLOS RIBEIRO

JÚLIO ABREU

Na edição das *Memórias do Visconde de Taunay* (dadas ao público pelo Instituto Progresso Editorial de São Paulo, em 1948) acham-se, à página 498, mencionadas algumas das pessoas que, em Venezuela (Paraguai), costumavam aparecer no rancho dos militares brasileiros, entre os quais Quintino Bocaiúva, a respeito de quem disse o ilustre e mui digno Memorialista:

. . . . . .

> "O primeiro (Bocaiúva) arrendara, em companhia do Ferreirinha, a estrada de ferro entre Assunção e Paraguari de que tiravam bem magros proventos. Desde aí conheci Quintino e sempre o vi republicano, fôrça é confessar, empertigado nos gestos e modos".

Essa menção de Quintino Bocaiúva sugeriu-me isto que estou escrevendo.

O emérito historiador cearense Barão de Studart, que nos deixou abundante e mui valioso acervo de obras referentes à história, principalmente na parte que concerne ao Ceará, — na segunda edição do seu apreciado e utilíssimo *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense,* no artigo referente ao Padre Domingos Carlos de Sabóia, acrescenta um fato, geralmente ignorado, que se relaciona com Quintino Bocaiúva e que não constava na primeira edição dêsse *Dicionário.*

Em tal acréscimo disse o Barão de Studart que o Padre Sabóia deixou tôda a sua fortuna a Leocádio Pamplona, pai de Quintino Pamplona Côrte-Real que, algum tempo depois, passou a chamar-se Quin-

tino Bocaiúva, o grande jornalista, Senador do Congresso Republicano, Presidente do Estado do Rio de Janeiro, etc, etc. (Não cito na íntegra porque já não tenho o *Dicionário*, do qual fiz presente a um filho residente em São Paulo).

Tanto quanto me tem sido possível, tenho procurado algures saber a época e o motivo dessa mudança de nome do antigo jornalista, mas tôdas as minhas pesquisas, aliás bem poucas, têm sido inteiramente baldadas, por isso que aqui em Ilhéus, onde vivo há quarenta anos, aproximadamente, são raríssimos os *dilettants* ou meros apreciadores de fatos históricos.

A última fonte, a que recorri, foi a *Galeria Nacional — Vultos Proeminentes da História Brasileira* (editada pelo "Jornal do Brasil"), que se ocupa de Quintino Bocaiúva, dizendo, no primeiro fascículo, haver êle nascido a 4 de dezembro de 1836, na vila de Itagui, Estado do Rio de Janeiro, e falecido a 11 de julho de 1912, tendo sido enterrado, a seu pedido, em Jacarepaguá. Foi redator de diversas revistas e jornais entre os quais o *País*, onde, com mais fulgor, se acentuaram os seus largos méritos de *princípe dos jornalistas brasileiros*, silenciando em absoluto sua filiação.

Não é lícito supôr-se ter havido engano do Barão de Studart afirmando, de modo tão positivo, ser Quintino Bocaiúva filho de Leocádio Pamplona e de chamar-se primeiramente Quintino Pamplona Côrte-Real. Se não tivesse absoluta certeza dessa asserção, zeloso como era de seu nome e do alto e merecido conceito em que, não só no Ceará mas em todo o País, era tido como historiador, certamente não faria o acréscimo na segunda edição do *Dicionário* na parte referente ao Padre Sabóia, deixando-a como estava na primeira.

Em Aracati havia, desde o século dezoito, uma família Pamplona da qual alguns membros tiveram posição social de certo relêvo na primeiro metade do século dezenove, tais como João Tibúrcio Pamplona (pai do Dr. Frederico Pamplona, que tanto se salientou na política e foi Presidente do Rio Grande do Norte e, com o Senador Pompeu e o Dr. Tristão de Alencar Araripe, fundou, em Fortaleza, em 1856, o jornal *O CEARENSE*, (órgão do partido liberal da Província, até a proclamação da República) e Cândido José Pamplona).

Cândido José Pomplona, acima referido, casou-se em Aracati com uma filha de Manuel Joaquim Palácio.

Quem era êsse Palácio? Era um baiano, que se tendo envolvido na Revolução Republicana de 1817 e temendo os castigos do Conde dos Arcos, Governador da Bahia, no caso de ser descoberto o movimento, abalou em demanda do Norte onde ainda se envolveu em outras sedições, chegando a fazer parte de uma Junta Revolucionária na Serra do Martins (Rio Grande do Norte). (Vide Barão de Studart em *O Movimento Republicano de 17 no Ceará*). Em Fortaleza, Manuel

Palácio também tomou parte em um motim que não teve conseqüências.

Após o fracasso da Revolução pernambucana em tôdas as Províncias do Norte, Manuel Palácio fixou-se definitivamente em Aracati onde se casou com uma senhora da família Barros — irmã de Pedro José da Costa Barros, tenente-coronel de artilharia, deputado pelo Ceará na assembléia constituinte, ministro da guerra, em cujo exercício estêve na iminência de bater-se em duelo com o deputado baiano Acaiaba de Montezuma (depois Visconde de Jequitinhonha), o maior de seus acusadores na Assembléia Constituinte. Costa Barros foi o primeiro presidente do Ceará após a Independência. Quando se organizou o Senado do Império, coube-lhe a terceira cadeira da representação cearense, na qual, conforme João Brígido (*Eleições Senatoriais do Ceará*), por seu falecimento em 1839, foi sucessivamente substituído por Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo e João Ernesto Viriato de Medeiros, êste até à queda do Império.

Do seu casamento com D. Maria de Barros Palácio (filha de Manuel Joaquim Palácio) Cândido José Pamplona deixou descendência numerosa. Alguns de seus filhos mudaram-se para o Rio de Janeiro onde encontraram boas colocações, tais como o Comendador Iclirerico Narbal Pamplona, que foi Escrivão dos Feitos da Fazenda Pública, Cândido Narbal Pamplona, funcionário de elevado cargo na Estrada de Ferro D. Pedro Segundo, Itrícleo Narbal Pamplona que, regressando ao Ceará muitos anos depois, exerceu em Fortaleza o cargo de tesoureiro da Recebedoria de Rendas do Estado, Flávio Narbal Pamplona e D. Rosa Palácio Pamplona, que ali, se casou.

Além daquela filha que casou com Cândido José Pamplona, Manuel Palácio tinha duas outras filhas: D. Rosa (Loló), que morreu inupta, talvez já nonagenária, e D. Antônia de Barros Palácio, falecida a 13 de maio de 1877, casada que foi com o major Santos (Joaquim Francisco dos Santos), funcionário da Alfândega do Aracati, transferido depois para a de Fortaleza em que exerceu, por muitos anos, o cargo de conferente. Nesta função aposentou-se e faleceu a 21 de setembro de 1903, deixando também numerosa descendência, achando-se nela o octogenário cuja memória já está bastante trôpega, que é o escrevedor destas linhas tão insulsas.

Uma das filhas do casal de Cândido José Pamplona e D. Maria de Barros Palácio, de nome D. Adelaide, casou-se em Fortaleza com Joaquim Feijó de Melo que, por muitos anos, substituindo o sogro, exerceu o cargo de Tabelião Público e foi, como se tornou notório, um dos homens de destaque da sociedade da capital cearense, onde sempre gozou de grande consideração pela dignidade e circunspecção.

Dêsse casal de Feijó e D. Adelaide houve apenas uma filha — Don-

don, boníssima criatura, possuidora de peregrinas qualidades, a quem Deus premiou, dando-lhe por espôso o digno moço que foi o Dr. José Carlos da Costa Ribeiro Júnior que, pelos seus predicados morais em que sobressaía inexcedível delicadeza em tudo e para com todos que com êle tratavam, granjeou, por isso e também pela variada cultura de sua vasta inteligência, uma verdadeira estima no meio em que vivia e o conceito de um dos mais ilustrados literatos de Fortaleza. O Dr. José Carlos exerceu no Ceará o cargo de Juiz Municipal de Aracati, de Chefe de Polícia do Estado, e de lente do Liceu (de latim e de alemão); era Secretário da Fazenda do Estado, quando faleceu.

Entre os filhos do Dr. José Carlos, que lhe honram a memória, sobressai êsse cavalheiro que lhe é igual na delicadeza do trato — o Dr. Carlos Feijó da Costa Ribeiro, médico de nomeada e digno membro do Instituto do Ceará, que, estou bem certo, perdoará ao seu velho amigo e parente estas arranhaduras que lhe está fazendo em sua tão reconhecida modéstia.

Voltemos a Quintino Bocaiúva.

Já na República, mas ainda no tempo da Ditadura Militar chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiúva teve, de modo sensível, abalados o seu prestígio e o conceito em que era havido, até então. Tendo sido mandado em missão especial e como Ministro Plenipotenciário à República Argentina, para solucionar a velha questão que tínhamos com êsse país por causa do nosso território das Missões, tão ambicionado pela nossa vizinha, levado, talvez, pelo desejo de atrair para a recém-nascida república brasileira as simpatias e as deferências das nações estrangeiras, e, sem prática da diplomacia, que tanta subtileza exige, Bocaiúva firmou com o govêrno argentino um tratado pelo qual foi cedido a êstes vizinhos o nosso, incontestàvelmente nosso, território, o que provocou acêrbas porém justas acusações ao embaixador brasileiro.

Em seu livro *Fastos da Ditadura Militar do Brasil,* Frederico de S. (Eduardo Prado) disse em têrmos comedidos porém incontestáveis, que se pretendia fazer um assalto ao Brasil sob o disfarce de exageradas e até ridículas gentilezas e atenções para com o plenipotenciário brasileiro. Chegou o Ministro Argentino, logo após a assinatura do tratado em ato solene que teve pomposa assistência, adrede preparada, a colocar uma linda flor na lapela da casaca do nosso Embaixador, pronunciando palavras de suma delicadeza mas também profundamente satíricas.

Encerremos esta lenga-lenga já tão fastidiosa com uma graçola (bem verdadeira, aliás), que poderá diminuir o tédio de algum incauto que tenha a curiosidade de ler esta estopada.

Ei-la:

Nos primeiros dias da proclamação da República, o assunto único e obrigatório em tôda a parte era a partida do Imperador e o novo govêrno.

Não faltavam comentários elogiosos sôbre Deodoro e os Ministros do *Govêrno Provisório constituído pelo Exército e Armada em nome da Nação.*

Certa vez que, em casa da bisavó materna do Dr. Carlos Ribeiro, à Praça dos Voluntários, um neto dela — Dr. Licurgo Pamplona, em palestra com um colega, enaltecia Quintino Bocaiúva, cujo nome era repetido de momento a momento, Tia Mariquinah (assim a chamávamos nós, os seus sobrinhos), Tia Mariquinha, repetimos, dirigindo-se ao Dr. Licurgo perguntou-lhe com muita ingenuidade: — "Meu filho, quem será êsse Quintino da Guaiúba?"

Estaria a querida velhinha lembrando-se de seu parente Quintino Pamplona Côrte-Real, filho de Leocádio Pamplona, elevado a Ministro da República com o nome de Quintino Bocaiúva?

É o caso de repetir-se o verso de Camões:

— *"O Pado o sabe e Lampetusa o sente".*

Ilhéus — Bahia — junho de 1953